



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

1) A COMPANHIA

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:
Extensão de linhas em km: 1.011,75
Tensão em kV: 500

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.348 publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2024/2025, com acréscimo na RAP de R\$ 19.240.770, vide nota explicativa 1.2.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	2024	2023
• Liqueidez geral	2,51	2,49
• Liqueidez corrente	6,26	6,67
• Relação patrimônio líquido/ativo	60,16%	59,88%
• Relação passivo não circulante/ativo	37,45%	37,71%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	16,16%	17,50%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	20,40%	21,94%
Ativos totais - R\$	4.228.340.175	4.183.880.594
Lucro Líquido do exercício - R\$	410.843.231	438.353.473

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, implementamos melhorias contínuas e seguimos evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estamos integrando, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Comitê Sênior de Gestão (SMC) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:**

O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial da SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da SGBH e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2 Comitê Sênior de Gestão (SMC):** O Comitê Sênior de Gestão (SMC) é o principal órgão de gestão executiva da SGBH, definido em seu estatuto social como a Diretoria Executiva. Os seis membros são nomeados por deliberações do BoD e possuem mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O SMC também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades estão a definição do planejamento estratégico da SGBH, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização da gestão da Companhia, dando pareceres sobre relatórios e propostas da administração, além de acompanhar auditorias externas. Seus membros são nomeados pelos acionistas para o mandato de um ano, sendo permitida a reeleição.

5) GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos permeia todas as etapas dos projetos e processos em busca de eficiência, eficácia e ação integrada. Para intensificar nossa gestão e construir um ambiente de controles internos robustos, contamos com uma área dedicada que apoia toda a SGBH em adotar rigorosos padrões e as melhores práticas de mercado. A mitigação é feita por um processo contínuo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos e operacionais. Em 2024, iniciamos a migração da metodologia COSO para a ISO 31000, que traz uma abordagem mais sistemática e alinhada aos desafios atuais da Companhia, representando um amadurecimento significativo para a nossa gestão de riscos. A gestão dos riscos e a implementação dos planos de controle e mitigação constituem responsabilidades das áreas administrativas e operacionais. Para garantir a eficácia das ações, as auditorias internas acompanham os indicadores, que são também acompanhados periodicamente pelo SMC em reuniões entre líderes e gestores. Indo além da abordagem corporativa, adotamos pela primeira vez uma visão específica de gestão de riscos para projetos. Esse modelo foi aplicado ao projeto GATE, uma das maiores obras de infraestrutura do setor elétrico do Brasil. A metodologia desenvolvida para a GATE vem sendo adaptada para outros projetos da companhia e demonstra o compromisso em expandi-la como uma prática para ampliar a excelência em nossos empreendimentos.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam todas as decisões e o relacionamento com stakeholders. Agimos para assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da Companhia. Nosso Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código

apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com testes de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem na SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As manifestações são investigadas e monitoradas pela Divisão de Compliance e Privacidade da SGBH que, após avaliação inicial, as encaminha ao Comitê de Ética quando comprovada a ocorrência de irregularidade. O processo é encerrado após a apresentação de evidências relevantes e a implementação de ações disciplinares sugeridas, com a aprovação final do relatório de compliance. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos passaram a fazer parte do processo de integração e, dentre os colaboradores ativos, 100% das lideranças e 96% de não lideranças concluíram os treinamentos, com pendências motivadas por ausências ocasionais, como licenças, férias e contratações próximas ao encerramento do ano de 2024. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2024, a SGBH não se envolveu em casos de corrupção, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2024, o Grupo SGBH investiu em iniciativas como educação ambiental, comunicação com comunidades e monitoramento de áreas de alta biodiversidade. Nossas ações são guiadas pelas diretrizes estabelecidas no licenciamento de cada projeto, visando prevenir, mitigar e compensar possíveis efeitos sobre o meio ambiente e as populações locais. As condicionantes incluem o monitoramento de fauna, flora, ocorrência de processos erosivos e nível de ruído, além do reflorestamento de áreas degradadas e a gestão de resíduos e efluentes.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2024 a Companhia teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes Ltda. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

	2024
Auditor Independente	190.814
KPMG Auditores Independentes Ltda.	190.814
Total	190.814

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)							
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	54.370.109	116.770.008	Fornecedores - terceiros		2.770.762	3.317.884
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	8	52.870.121	57.876.999	Fornecedores - partes relacionadas	22.2	4.907.514	6.045.330
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	2.163.648	2.219.221	Obrigações sociais e trabalhistas		4.388.400	4.254.204
Almoxarifado		10.918.447	10.230.572	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	12	47.743.885	47.599.752
Adiantamento a fornecedor		162.407	85.528	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	27.260.501	23.602.754
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	35.252.733	25.984.248	Outros impostos a pagar	13	5.009.380	10.548.468
Outros impostos a recuperar	10	2.381.542	2.286.861	Taxas regulamentares		5.961.883	5.668.254
Ativo de contrato	11	469.639.839	453.276.555	Dividendos propostos	16.e/22.2	3.064.721	-
Outros ativos circulantes		6.525.783	5.322.155	Total Passivo Circulante		101.107.046	101.036.646
Total Ativo circulante		634.284.629	674.052.145	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos e financiamentos - Terceiros	12	374.568.937	417.371.979
Realizável a longo prazo				Compensação ambiental		-	2.512.136
Títulos e valores mobiliários	9	25.751.135	26.928.058	Provisão para contingências	14	185.995	-
Ativo de contrato	11	3.567.431.447	3.481.755.338	Impostos diferidos	15	1.208.958.095	1.157.796.427
Outros ativos não circulantes		366.040	309.622	Total Passivo Não Circulante		1.583.713.027	1.577.680.542
Total Realizável a longo prazo		3.593.548.622	3.508.993.018	Patrimônio líquido	16		
Imobilizado		503.765	830.813	Capital social	16.a	675.001.000	675.001.000
Intangível		3.159	4.618	Reserva legal	16.b	132.136.371	111.594.209
Total		506.924	835.431	Reserva de retenção de lucros	16.c	1.411.672.823	1.477.687.257
Total do ativo não circulante		3.594.055.546	3.509.828.449	Reserva de incentivos fiscais	16.d	324.709.908	240.880.940
Total do ativo		4.228.340.175	4.183.880.594	Total Patrimônio Líquido		2.543.520.102	2.505.163.406
				Total do passivo e do patrimônio líquido		4.228.340.175	4.183.880.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	579.813.033	578.633.947
Custo da operação	18	(32.657.130)	(29.124.634)
Lucro bruto		547.155.903	549.509.313
Despesas gerais e administrativas	19	(27.817.625)	(10.416.272)
Outras receitas (despesas) operacionais		(401.371)	(554.998)
Lucro antes do resultado financeiro		518.936.907	538.538.043
Resultado financeiro	20	(23.019.731)	(17.476.996)
Receita financeira		17.071.706	27.596.948
Despesa financeira		(40.091.437)	(45.073.944)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		495.917.176	521.061.047
IRPJ e CSLL correntes	21	(43.350.921)	(36.180.260)
IRPJ e CSLL diferidos	21	(41.723.024)	(46.527.314)
Lucro líquido do exercício		410.843.231	438.353.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		410.843.231	438.353.473
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultados abrangentes		410.843.231	438.353.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		495.917.176	521.061.047
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros do empréstimo e do financiamento	12	39.766.047	44.295.027
Depreciação e Amortização		183.685	626.203
Baixa de imobilizado e intangível		149.587	-
Provisão para perda de crédito esperada	8	16.398.365	67.586
Rendimento títulos e valores mobiliários		(3.991.714)	(677.291)
PIS e COFINS diferido		9.438.644	9.574.804
Provisão para contingência		185.995	-
Outras provisões (reversões) - compensação ambiental		(129.668)	359.680
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias		(11.391.487)	(10.167.495)
Contas a receber - partes relacionadas		55.573	(74.306)
Ativos de contrato	11	(102.039.393)	(103.511.392)
Almoxarifado		(687.877)	(4.128.886)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(9.268.485)	(14.160.429)
Outros impostos a recuperar		(94.681)	674.468
Adiantamento a fornecedores		(76.879)	(10.401)
Outros ativos		(1.260.046)	(3.212.522)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores - terceiros		(547.122)	(1.993.102)
Fornecedores - partes relacionadas		(1.137.816)	(435.777)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		613.632	7.509.059
Outros impostos a pagar		(5.539.088)	679.578
Taxas regulamentares		293.629	899.683
Compensação Ambiental		(2.382.468)	(8.776.892)
Obrigações sociais e trabalhistas		134.196	204.425
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		424.589.805	438.803.067
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(40.306.806)	(43.406.756)
Juros pagos	12	(36.320.995)	(39.573.840)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		347.962.004	355.822.471
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(4.765)	-
Aplicação de Títulos e valores mobiliários		(80.359.942)	(9.713.196)
Resgate de Títulos e valores mobiliários		85.528.579	5.033.892
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		5.163.872	(4.679.304)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos pagos	12	(46.103.961)	(45.756.997)
Dividendo pagos	16.e	(369.421.814)	(264.809.020)
Juros sobre capital próprio	16.e	-	(34.000.000)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(415.525.775)	(344.566.017)
(Redução)/ Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(62.399.899)	6.577.150
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		116.770.008	110.192.858
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		54.370.109	116.770.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
	Capital social	Reservas de Lucros			Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	675.001.000	89.676.534	1.451.471.523	155.469.894	2.371.618.951
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	438.353.473
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 16. b)	-	21.917.675	-	-	(21.917.675)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 16. d)	-	-	-	85.411.046	(85.411.046)
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 16. e)	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)
Constituição da reserva de lucros (Nota explicativa 16.c)	-	-	291.024.752	-	(291.024.752)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 16. e)	-	-	(264.809.018)	-	(264.809.018)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	675.001.000	111.594.209	1.477.687.257	240.880.940	2.505.163.406
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	410.843.231
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 16. b)	-	20.542.162	-	-	(20.542.162)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 16. d)	-	-	-	83.828.968	(83.828.968)
Constituição da reserva de lucros (Nota explicativa 16.c)	-	-	303.407.380	-	(303.407.380)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 16. e)	-				



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 12, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2024, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia concluiu que tais alterações relacionadas à classificação e divulgação dos passivos circulantes e não circulantes não trouxe impacto na elaboração destas demonstrações financeiras.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **5.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **5.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **5.5 Provisão para perda de Crédito Esperada (PCE):** Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para Perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. • Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.6 Provisão para perda de Crédito Esperada (PCE): Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para Perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. • Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são

obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". (b) **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	7.423.551	8.684.267
Aplicações financeiras (i)	46.946.558	108.085.741
Total	54.370.109	116.770.008

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 101,23% da taxa CDI em 2024 e de 103,28% da taxa CDI em 2023. Em 2024, houve uma redução no Caixa da empresa devido, principalmente, a um aumento de 40% no pagamento de dividendos.

7.1 Política contábil: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

8. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	49.575.181	49.529.613
Vencidas até 30 dias	1.445.485	197.487
Vencidas até 60 dias	1.548.387	1.551.208
Vencidas até 90 dias	1.422.896	3.613.790
Vencidas até 180 dias (i)	2.625.213	1.944.155
Vencidas até 360 dias (i)	5.030.550	487.602
Vencidas há mais de 360 dias (i)	10.537.286	3.469.656
Total	72.184.998	60.793.511
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(19.314.877)	(2.916.512)
Total contas a receber	52.870.121	57.876.999

(i) O aumento em 2024 está relacionado principalmente às provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia. Esses valores, que no encerramento de 2023 eram parcialmente classificados como vencidos até 90 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2024, novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Grupo Quintarrel, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia. (ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(2.916.512)	(2.848.926)
Reversão	96.520	57.587
Provisão	(16.494.885)	(125.173)
Saldo final	(19.314.877)	(2.916.512)

8.1 Política contábil: Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construir e operar a linha de transmissão de energia, registrados por regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Conta reserva - financiamentos	25.751.135	26.928.058
Total	25.751.135	26.928.058

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12). Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida		Juros, variação monetária e cambial		Liquidação juros		Liquidação principal		Saldo em 31/12/2024	
Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
BNDES	Out/18	Jan/34	SGBH	TJLP +2,33%	422.312.822	464.971.731	422.312.822	464.971.731	464.971.731
Total					422.312.822	464.971.731	422.312.822	464.971.731	464.971.731
Circulante					47.743.885	47.599.752			
Não circulante					374.568.937	417.371.979			
Total					422.312.822	464.971.731			
b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos		Juros, variação monetária e cambial		Liquidação juros		Liquidação principal		Saldo em 31/12/2024	
Financiador	em 31/12/2023								
BNDES	464.971.731	39.766.047	(36.320.995)	(46.103.961)	422.312.822				
Total	464.971.731	39.766.047	(36.320.995)	(46.103.961)	422.312.822				
Financiador	em 31/12/2022								
BNDES	506.007.541	44.295.027	(39.573.840)	(45.756.997)	464.971.731				
Total	506.007.541	44.295.027	(39.573.840)	(45.756.997)	464.971.731				

BNDES: Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768 destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2024 havia de principal um montante de R\$ 420.907.362 sobre os quais incidiram sobre os quais incidiram juros de 2,33% ao ano a título de remuneração, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no valor de R\$ 1.405.460. Esse financiamento será pago em 168 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencida em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034. **c) Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH). **d) Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2024:

(+) Geração de caixa
 (+) EBITDA 406.636.249
 (-) Pagamento de IR + CS 446.943.055
B) Serviço da dívida
 (+) Amortização de dívida 40.306.806
 (+) Pagamento de juros 82.424.956
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)
 (+) Resultado financeiro líquido 46.103.961
 (+/-) Resultado de equivalência 36.320.995
 (+) Depreciações e amortizações 4.93
 (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment 365.925.814
 (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR 23.019.732
 (+/-) Resultado financeiro líquido -
 (+/-) Resultado de equivalência -
 (+) Depreciações e amortizações 41.599.145
 (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment 16.398.364
 (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis -
 O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual

mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta reserva atendia à referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Imposto de renda e contribuição social a recuperar:		
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ saldo negativo (i)	34.288.623	25.104.111
CSLL saldo negativo	204.601	109.122
IRRF a recuperar	529.023	637.899
CSLL a recuperar	230.486	133.116
Total	35.252.733	25.984.248

Outros impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recuperar	296.970	281.552
COFINS a recuperar	1.370.487	1.299.473
INSS	272.206	272.206
IRRF retido de clientes	233.199	225.576
Outros	208.680	208.054
Total	2.381.542	2.286.861

(i) Variação refere-se à composição de saldo negativo e atualização monetária dos créditos no exercício de 2024.

11. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	469.639.839	453.276.555
Não circulante	3.567.431.447	3.481.755.338
Total	4.037.071.286	3.935.031.893

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.935.031.893	
Receita de O&M (i)		49.102.711	
Receita de remuneração (ii)		555.866.935	
Recebimentos (iii)		(502.930.253)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		4.037.071.286	
Circulante		469.639.839	
Não circulante		3.567.431.447	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.831.520.501	
Receita de O&M (i)		47.214.630	
Receita de remuneração (ii)		541.453.975	
Recebimentos (iii)		(485.157.213)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.935.031.893	
Circulante		453.276.555	
Não circulante		3.481.755.338	

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2023. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual. (iii) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **11.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):		Amortização	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
2026			47.291.241
2027			47.938.159
2028			48.595.440
2029-2034			230.744.097
Total			374.568.937

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar		
	31/12/2024	31/12/2023
CSLL (i)	27.260.501	23.602.754
Total	27.260.501	23.602.754
Outros impostos a pagar		
	31/12/2024	31/12/2023
P		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

depende de fatores não controlados pela companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o IRPJ/CSLL corrente a pagar aumentaria em R\$ 19.551.041. É válido destacar que as multas oriundas destes processos não apresentam as características de Impostos sobre o lucro e por isso não são tratados sobre o escopo do IFRIC 23. Para maiores detalhes vide nota explicativa 14.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Servidão (i)	185.995	-
Total	185.995	-

(i) O valor em questão é oriundo dos honorários do processo 0000523-22.2009.8.06.0109, que trata de uma Constituição de Servidão de imissão de posse, em fase de publicação do edital no IOMAT. Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
Adições e reversões, líquidas (i)	109.364	109.364
Atualização monetária	76.631	76.631
Saldo em 31 de dezembro de 2024	185.995	185.995

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza de servidão cujas expectativas de perdas estão classificadas como provável.

Descrição dos processos de natureza de servidão

	2024	2023
Número do Processo: 0001448-38.2017.8.11.0096	185.995	63.147

Autor: Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

1) Processo Fundiário de constituição de servidão: LTPC_MV59_0309;

Área: 12,64096; Torres: 284/2; 285/1; 285/2; 286/1; Trecho: C1 - LT 500 kV Paranaíta/Cláudia

Situação atual: Edital Publicado no IOMAT.

Movimentação do período: Ação de Constituição de Servidão. Ação ajuizada em face de Ewerton Gaudêncio e outros, com sentença julgando parcialmente procedente o pedido inicial, e posteriormente teve o edital expedido para publicação. Sendo seu risco alterado de provável para possível em 2024.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões e fiscais, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Cível (i)	68.399.517	43.229.433
Fiscal (ii)	22.323.946	1.834.714
Total	90.723.463	45.064.147

(i) **Processos cíveis:** A variação entre os anos decorre da atualização monetária de duas ações judiciais que discutem a aplicação de penalidade em virtude do desligamento da linha de transmissão em decorrência de acidente com máquina agrícola, 1063785-30.2023.4.01.3400, no valor de R\$ 23.918.731 em 31/12/2023 e R\$ 25.084.313 em 31/12/2024 e o processo 1104293-18.2023.4.01.3400, no valor de R\$ 20.251.707 em 31/12/2024 e R\$ 19.310.701 em 31/12/2023, em ambos as ações judiciais a Companhia obteve tutela antecipada que impede qualquer desconto de valores do recebimento de RAP. Além disso a Companhia teve novo processo onde busca por meio de um pedido de tutela antecipada impedir qualquer bloqueio no recebimento de sua RAP (Receita Anual Permitida) em decorrência de um acidente com derrubada de torres causada por máquina agrícola no estado do Mato Grosso conforme processo nº 1004573-44.2024.4.01.3400, iniciado em janeiro de 2024 o valor de exposição é de R\$ 23.043.058. (ii) **Processos Fiscais:** Refere-se ações judiciais nas quais se discute, os tributos denominados ISS, ICMS, sendo o mais relevante o processo 1000521-98.2021.8.11.0101, no valor de R\$ 1.355.266 em 31/12/2024 e R\$ 1.332.804 em 31/12/2023 e novo processo 17227-739.307/2024-28, no valor de R\$ 19.551.041 em 31/12/2024 que trata de autos de infração em para cobrança de IRPJ e de CSLL, em razão de suposto erro na apuração do lucro da exploração. **14.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL diferidos	835.100.431	793.805.977
IR diferido	614.988.865	584.625.296
CSLL diferida	220.111.566	209.180.681
PIS e COFINS diferidos	373.429.094	363.990.450
PIS diferido	66.611.676	64.928.026
COFINS diferido	306.817.418	299.062.424
Total	1.208.529.525	1.157.796.427

15.1 Política contábil: Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCP 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001.000, dividido em 675.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. Em 11 de setembro de 2024 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a International Grid Holdings Limited (IGHL) e a State Grid Brazil Holding (SGBH), onde todas as ações de titularidade da IGHL nas empresas afiliadas do Grupo foram transferidas para a SGBH, a qual se retirou do quadro de acionistas das sociedades, com a consequente conversão das empresas afiliadas do Grupo em subsidiárias integrais da SGBH. O valor do pagamento foi calculado com base no capital social, onde a SGBH pagou para a IGHL o valor referente a 1 ação nominativa a R\$ 1 cada uma, totalizando o valor de R\$ 1,00. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2024	2023
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	99,99%
International Grid Holdings Limited	-	0,01%
Total	100%	100%

b) Reserva Legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c) Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 1.411.672.823 e R\$ 1.477.687.257, respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 102/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano-calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 240.880.940 em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 324.709.908. **e) Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	410.843.231	438.353.473
Reserva legal (5%)	(20.542.162)	(21.917.675)
Reserva de incentivos fiscais	(83.828.968)	(85.411.046)
Base de cálculo para os dividendos	306.472.101	331.024.752
Dividendo mínimo obrigatório (1%) (ii)	3.064.721	3.310.248

Juros sobre capital próprio (i)

	31/12/2024	31/12/2023
(i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de 2023, foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022. Em 2024, não teve pagamento de juros sobre capital próprio. (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023. Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos mínimos e intermediários e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2024 e 2023 conforme demonstrado abaixo:		

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	410.843.231	438.353.473
Reserva legal (5%)	(20.542.162)	(21.917.675)
Reserva de incentivos fiscais	(83.828.968)	(85.411.046)
Base de cálculo para os dividendos	306.472.101	331.024.752
Dividendo mínimo obrigatório (1%) (ii)	3.064.721	3.310.248
Juros sobre capital próprio (i)	-	(40.000.000)
(i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de 2023, foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022. Em 2024, não teve pagamento de juros sobre capital próprio. (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023. Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos mínimos e intermediários e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2024 e 2023 conforme demonstrado abaixo:		

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.2.1 Ativo

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - partes relacionadas	2.163.648	2.219.221
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.016.378	2.218.942
Intercompany Itatim - Pqto de impostos	51.124	279
Intercompany ETIM - Despesas com pessoal	2.262	-
Intercompany GATE - Despesas com pessoal	68.514	-
Intercompany GATE - Despesas com pessoal	25.370	-

22.2.2 Passivo

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - partes relacionadas	4.907.514	6.045.330
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.892.806	6.032.130
Aluguel (ii)	13.200	13.200
Intercompany ETIM - Despesas com pessoal	1.508	-
Dividendos a pagar	3.064.721	-

22.3 Resultado

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado - partes relacionadas	(11.084.911)	(12.106.182)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(10.926.511)	(11.932.379)
Aluguel (ii)	(158.400)	(173.803)

(i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas X RTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

22.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave): As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Valores reconhecidos no resultado	3.112.204	3.112.203
Remuneração fixa e variável (*)	3.112.204	3.112.203
Salário	(1.245.580)	(1.039.225)
Benefícios diretos e indiretos	(273.859)	(175.285)
Encargos	(583.534)	(509.777)
Provisões (13 salário, férias e bônus)	(796.225)	(655.022)
Valor total da remuneração	(2.899.198)	(2.379.309)

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

22.5 Política Contábil: Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Remuneração inclui todos os benefícios a empregados e administradores (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados), inclusive os benefícios dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Os benefícios a empregados são todas as formas de contrapartida paga, a pagar, ou proporcionada pela entidade, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados. Também inclui a contrapartida paga em nome da controladora da entidade em relação à entidade.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Exceto conforme detalhado no item 23.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros (mensurados ao valor justo, exceto os saldos de caixa e bancos) da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados pelo valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	54.370.109	116.770.008
Títulos e valores imobiliários	9	25.751.135	26.928.058

Ativos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - Concessionárias e permissonárias	8	52.870.121	57.876.999
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	2.163.648	2.219.221

Passivos mensurados pelo custo amortizado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - terceiros	22.2	4.907.514	6.045.330
Fornecedores partes relacionadas	22.2	4.907.514	6.045.330
Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	422.312.822	464.971.731

23.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	17.071.706	27.596.948
Receitas de aplicações financeiras (i)	12.263.355	27.892.183
Tributos sobre receitas financeiras	(851.725)	(1.345.886)
Outras receitas financeiras (ii)	5.660.676	1.050.651
Despesas financeiras	(40.091.437)	(45.073.944)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(36.075.912)	(39.428.173)
Atualizações TLP	(3.690.135)	(4.866.853)
Outras despesas financeiras	(325.390)	(778.918)
Resultado Financeiro	(23.019.731)	(17.476.996)

(i) Variação decorrente do dissídio trabalhista e contratação de funcionários para cargos de gestão. (ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal (i)	(17.628.356)	(16.307.433)
Material (i)	(5.052.345)	(2.986.439)
Serviços de terceiros (i)	(2.335.474)	(1.679.756)
Arrendamentos e aluguéis	(229.514)	(245.385)
Seguros	(373.124)	(333.847)
Tributos	(94.564)	(75.970)
Custo de operação e manutenção (iii)	(4.024.844)	(5.089.779)
Gastos diversos	(2.918.909)	(2.406.025)
Custo da Operação	(32.657.130)	(29.124.634)

(i) Variação refere-se a consumo de materiais para atender a manutenção de equipamentos. (ii) Variação refere-se substancialmente a gastos com despesas de limpeza para manutenção das instalações. (iii) Redução em 2024 refere-se à reversão de provisão não realizada ref. implantação de infraestrutura e construção de armazém de O&M.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024
--	------------



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - Terceiros	422.312.822	464.971.731

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros da Companhia em 31/12/2024 estabelecida através das variações para os próximos 12 meses considerando a sensibilidade da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pelo BACEN. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 15% e 30%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pelo BACEN).

Risco	Base 31/12/2024	Cenários Projetados		Remoto (+30%)
		Provável	Adverso (+15%)	
Aumento da TJLP	422.312.822	47.625.084	48.191.861	48.758.640
Empréstimos				
TJLP	8,74%	11,28%	11,41%	11,55%

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de caixa	54.370.109
Títulos e valores mobiliários	25.751.135
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	52.870.121
Contas a receber de partes relacionadas	2.163.648
Total da exposição	135.155.013

Os riscos de créditos relacionados as contas a receber - concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (Provisão para perda de crédito esperada) vide **nota 5.5**. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Moody's:

	31/12/2024	31/12/2023
BA1	80.121.244	143.698.066
Total da exposição	80.121.244	143.698.066

e. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de

23.3 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado -** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Custo amortizado -** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) -** O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros -** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente,

forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Total	Até 12 meses	1-2 anos	2-4 anos	Mais que 4 anos
Valor contábil	2.770.763	2.770.763	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	4.907.514	4.907.514	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - terceiros	422.312.822	81.303.767	81.944.859	150.439.476	302.883.533

todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

24 GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

25 COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 1.621.965. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PRTE-PM-2020-3870	Engelineas	TEQ C3 - Diagnóstico de inconformidades	04/02/2021	14.100
PRTE-PM-2021-4177	Brametal	TEQ C3 - Estruturas metálicas	22/11/2021	108.268
PRTE-ENG-2018-177	Nari	EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	38.607
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	1.451.990
Total				1.612.965
Cronograma de vencimento				Em R\$
2025				1.612.965
Total				1.612.965

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Changwei Chen
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araujo
Contador CRC RJ-091559/O-4

